



## JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei Complementar visa estabelecer justiça financeira sobre valores repassados aos demais entes federados e instituições que celebrarem convênios com a União.

Hoje, quando há atraso nos repasses financeiros por parte da União em convênios cuja a efetiva transferência dos valores se dá de forma parcelada, não há a devida correção monetária dos valores vincendos.

Nesse mister, faz-se necessário que os aludidos valores repassados fiquem em conta – obrigatoriamente – remuneradas para que, ao se efetivar o repasse definitivo dos valores parcelados, estes não se estabeleçam de forma defasada.

Assim, por entendermos ser a presente proposição deveras relevante e significativa, visando efetivamente corrigir essa distorção que, indubitavelmente, gera prejuízos aos convenientes com a União Federal, é que submetemos a mesma a íclita apreciação de Vossas Excelências e pugnamos por seu reconhecimento e consequente aprovação.

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 2020.

**DEPUTADO RUBENS PEREIRA JUNIOR**